

CANAL DE VOZ

SINTTEL·ES

Informativo do Sinttel-ES nº 830 www.sinttel-es.org.br 22/06/2016

**Localcred**

Nova assembleia para os trabalhadores da Localcred

Será nesta sexta-feira, dia 24 de junho, a partir das 12:30 horas, nos mesmos moldes da assembleia anterior. Ou seja, através de voto na urna.



O Sinttel esteve reunido com os representantes da Localcred, para levar a decisão da assembleia de avaliação da proposta, em que houve rejeição da maioria dos/as empregados. Na assembleia 178 votos rejeitaram a proposta da empresa contra apenas 14 votos de aceitação.

Na reunião, os representantes da Localcred fizeram uma apresentação das dificuldades que a empresa enfrenta

e que não consegue melhorar substancialmente a proposta já apresentada anteriormente.

Mas que mesmo assim, entendendo a grande insatisfação dos trabalhadores, propõe alteração na proposta e oferecem um Piso de R\$ 941,60 e reajustam os demais salários em 7%.

A empresa informou, ainda, que a partir de julho adotará o cartão do Vale Transporte com depósito do valor total do mês, acabando com de-

pósitos picados por semana, conforme comunicado já feito na quarta-feira, dia 22. E que a diferença referente o mês de maio será paga junto ao salário do mês de junho, caso esta proposta seja aprovada.

Portanto, apesar de uma pequena alteração na proposta, o Sinttel convoca nova assembleia para que os trabalhadores possam avaliar e decidir.

Participe, assim como fez na primeira assembleia!!!



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

VIVO/GVT**PPR: Nenhum direito a menos, nenhum passo atrás!**

PROPOSTA VERGONHOSA

RETROCESSO NÃO

Reunião de PPR na Telefonica Brasil (Vivo/GVT) NÃO AVANÇOU. Empresa impõe proposta que confunde salário variável com a Participação nos Resultados, o que contraria a Lei 10.101/2000 que regula os acordos de Participação nos Lucros e Resultados. Uma triste herança vinda da GVT, agora sobre a cabeça de todos/as.

Quando alguém te disser que a fusão de empresas vai beneficiar os/as trabalhadores/as, desconfie! Toda fusão ferra com os empregados, pois as mudanças sempre virão para que a empresa lucre, se beneficie, acumule. Pergunte-se: o que melhorou na Vivo depois que a GVT foi incorporada?

Nada, só tivemos problemas: plano de saúde e, agora, com o PPR, mesmo com a empresa lucrando.

Nem ousou pensar na negociação coletiva.

Se alguma coisa melhorou não passou perto do RH, uma vez que o Acordo Coletivo da GVT sempre fora inferior ao

da Vivo em garantias e benefícios.

A Telefonica Brasil, empresa que se formou com a GVT, democratizou as maldades e vem impondo o retrocesso, a perda de direitos, tentando nivelar por baixo, quando deveria valorizar seu corpo técnico.

Pouco, ou quase nada!

Na reunião do dia 23/06 (quinta-feira), realizada em São Paulo, pouco, ou quase nada avançou visto que a única mudança na proposta foi o “retorno” do target (alvo/meta) de 2,2 salários para somente uma parte dos trabalhadores. A empresa continua discriminando os/as trabalhadores/as das lojas, de campo oriundos da GVT e todos aqueles que por ventura recebam “qualquer vintém” a título de “salário variável”. Para esses segregados a TELEFONICA acena com uma premiação inferior.

Por outro lado, a Comissão

de Negociação dos Trabalhadores/as e a Fenattel fizeram a empresa recuar de sua proposta, mas ainda é muito pouco. Veja os targets abaixo:

- Administrativo: voltou para 2,2 salários.
- Administrativo que recebe variável: redução de 2,2 para 0,75 salário.
- Área de campo: a proposta agora é de 0,75 salário.
- Lojas: continua a proposta de redução dos atuais 2,2 salários para 0,75.

Esse foi o resultado da segunda Rodada de Negociação do PPR/2016, cuja proposta

foi recusada pela Comissão Nacional de Negociação dos Trabalhadores e a Fenattel.

Ainda não foi marcada uma nova reunião para a continuação da negociação.

O SINTTEL-ES espera que a empresa RESPEITE a LEI e venha para a negociação com propostas dignas para a Participação nos Resultados, uma vez que a TELEFONICA BRASIL é hoje a maior operadora de telefonia do país. Nada mais justo do que dividir com os seus “COLABORADORES” o fruto do trabalho de todos IGUALITARIAMENTE.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

27/06/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Dona Redonda

Personagem da novela Saramandaia, de Dias Gomes, produzida em 1976 e inspirada no realismo fantástico da literatura latinoamericana, dona Redonda tinha a característica de comer exageradamente. Por causa disso, no final da novela explode em plena praça pública.

Quarenta anos depois, quem é a dona Redonda da vez? A Oi.

Apesar de ter um rol enorme de credores, a dívida de R\$ 65 bilhões da Oi está concentrada em dois grandes conglomerados de banqueiros: Bank of New York Mellon (R\$ 18,166 bi) e Citibank (R\$ 15,743 bi). O que significa que só esses dois grupos americanos têm o controle de mais da metade da dívida. Já a Anatel tem a receber R\$ 12 bilhões em multas.

A Oi está prestes a explodir. Para evitar a catástrofe, seus irresponsáveis controladores entraram na Justiça com pedido de recuperação judicial. Na segunda-feira, 20/06, o Ministério Público do Rio de Janeiro deu parecer favorável à recuperação judicial. Em 60 dias a Oi terá que apresentar uma proposta a seus credores. Estes terão, a partir daí, 120 dias para aceitar ou não a proposta.

Como alertamos anteriormente, a recuperação judicial, na teoria, protege a empresa do pagamento das dívidas e juros, e impede que a Oi vá buscar crédito no mercado. A empresa terá que sobreviver com o dinheiro gerado por seu caixa.

Mas esse processo de recuperação judicial veio



tarde demais. Por isso o Instituto Telecom defende a intervenção imediata na Oi, posição compartilhada por duas entidades de defesa do consumidor, o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e a Proteste. Só a Anatel não percebe, ou não quer perceber, a gravidade da situação e seus efeitos sobre a qualidade

do serviço, os postos de trabalho, o impacto cada vez maior sobre a situação econômico-financeira da empresa.

A intervenção está prevista na Lei Geral de Telecomunicações (LGT), mas a Anatel continua acreditando no conjunto de controladores que levaram a Oi para o buraco, e não decreta a intervenção.

Na novela, o estrago provocado pela explosão de dona Redonda foi simbólico. Já a explosão da Oi deixará grande parcela do país sem os serviços de telecomunicações. Cairá como uma bomba sobre o poder público, que precisará assumir a responsabilidade na prestação dos serviços em condições muito piores do que a atual. A agência não pode alegar que não está sendo alertada da gravidade do problema e de suas responsabilidades. Deixar a Oi explodir demonstrará, mais uma vez, a distância entre os interesses públicos e os que norteiam a ação da Anatel.

A Oi só tem uma solução imediata: intervenção já.

Instituto Telecom, Terça-Feira, 28 de junho de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/06/2016 - Instituto Telecom

Oi monitora reação de clientes e funcionários criam hastag #somostodosoi

Os funcionários da Oi decidiram se manifestar com relação ao processo de recuperação judicial da operadora. A hastag #somostodosoi é usada por empregados e ex-empregados da tele no facebook e já mobiliza boa parte deles. Internamente, o momento é de levar para quem atende o consumidor nas lojas e no call center um discurso unificado. No mercado corporativo, visitas pessoais explicam o momento da operadora.

Fontes internas da Oi dão conta que a monitoração, em tempo real, dos canais de relacionamento com clientes mostram que o pedido de recuperação judicial não alterou um dos principais serviços da operadora: o volume de recarga. Também não houve um incremento de ligações para o call center.

O Oi Total, produto carro-chefe, lançado no final de março, atingiu 20% de adesão e fica acima da expectativa de negócios. No segmento corporativo e nas PMEs, o uso dos aplicativos também não teve nenhum registro fora da normalidade.

Aos funcionários, a Oi encaminhou uma carta para os seus funcionários. Nela, o presidente Marco Schroeder, que assumiu o comando no lugar de Bayard Gontijo, explica que "a recuperação judicial é uma medida estabelecida na legislação brasileira que permite que a Oi se proteja e a gente continue com toda a nossa operação normal e ao mesmo tempo busque uma solução para a nossa estrutura de capital que, como já falamos, está impactada pelo alto endividamento".

Pede ainda que "as atividades de instalação,

manutenção e reparo sigam sendo desempenhadas prontamente, e que todas as obrigações trabalhistas e benefícios atuais aos colaboradores serão mantidos e na prática, o nosso dia a dia na empresa não muda". E esse é o discurso que foi passado também por reuniões via teleconferência para os funcionários que estão nas lojas: recuperação judicial não muda a oferta de serviço.

Outras ações específicas forma tomadas como a criação de um canal dedicado na intranet corporativa para publicação de conteúdo de apoio: FRs, comunicados, mensagens de liderança, FAQ, mensagens-chave, notas oficiais da Anatel Minicom, etc. Também foi gerado um formulário para envio de dúvidas dos colaboradores. Medidas consideradas essenciais para mobilizar os funcionários para a situação da companhia.

Na Justiça, a Oi vem conquistando bons resultados. Nesta quinta-feira, 23/06, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) emitiu parecer favorável ao processamento da recuperação judicial da Oi, bem como suas subsidiárias. A decisão foi tomada pelo promotor de Justiça Márcio Souza Guimarães, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Massas Falidas, e levou em consideração as sociedades estrangeiras (Oi Brasil Holdings Cöoperatief e Portugal Telecom International Finance – PTIF) controladas pela companhia brasileira, que têm como objetivo captar recursos no exterior para financiamento da operação no Brasil. A decisão permite assim a concentração do processo no Rio de Janeiro.

27/06/2016 - CUT

Perícia do Senado conclui que Dilma não pedalou e escancara golpe

Documento assinado por três peritos desmonta tese elaborado no pedido de impeachment



Perícia encomendada pela Comissão do Impeachment no Senado concluiu que a presidenta Dilma Rousseff não atuou diretamente nas chamadas "pedaladas fiscais". O documento foi entregue aos parlamentares na manhã dessa segunda-feira (27).

A perícia, assinada por três especialistas, é enfática sobre a inocência da presidenta, reforçando que não foi identificada a "pedalada fiscal". "Pela análise dos dados, dos documentos e das informações relativos ao Plano Safra, não foi identificado ato comissivo da Exma. Sra. Presidente da República que tenha contribuído direta ou imediatamente para que ocorressem os atrasos nos pagamentos", conclui o documento.

Segundo a advogada Janaína Paschoal e o jurista Hélio Bicudo, responsáveis pela elaboração do pedido

de impeachment de Dilma, o afastamento se justificava por conta das "pedaladas fiscais" cometidas pela presidenta

Porém, a perícia desmente a tese de Janaína e Bicudo e escancara o golpe aplicado contra a democracia brasileira. O documento admite, apenas, que a presidenta liberou créditos suplementares através de decretos.

A contar da próxima terça-feira (28), a comissão terá 72 horas para analisar a perícia. Dia 5 de julho, os parlamentares poderão interpelar os peritos responsáveis pelo documento. A votação que determinará se o impeachment se confirmará está prevista para dia 9 de agosto.